



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL

Anexo

TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa (s) especializada (s) para prestação de Serviços Telefônico Fixo Comutado -STFC (fixo-fixo e fixo-móvel), a ser executado de forma contínua, para atender às necessidades da unidade da Sede, Cartórios da Capital, e Anexo, localizados em Campo Grande/MS.

Item 01	STFC - modalidade local - área 1- feixe digital (link E1)	Qdade	Período da contratação	Preço máximo mensal unitário	Preço máximo mensal total	Preço máximo total anual
1.1	Link E1 (com 30 canais) - habilitação/instalação	03	1	1.102,86	3.308,58	3.308,58
1.2.	Link E1 (com 30 canais) - assinatura	03	12	1.161,79	3.485,37	41.824,44
1.3.	Numeração DDR até 1.000 ramais - assinatura	1	12	105,00	105,00	1.260,00
VALOR TOTAL ANUAL DA CONTRATAÇÃO						46.393,02
Intervalo mínimo entre os lances						1,00
CATSER						13447

1.1.1. Para fins de lançamento no comprasnet, deverá ser considerado: quantidade 01 e o valor máximo anual (R\$ 46.393,02), após a fase de lance o pregoeiro fará a convocação para envio da proposta detalhada dos valores dos subitens, nos termos do capítulo 8 do Termo de Referência.

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Portaria TRE/MS nº 131/2023.

1.3. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, conforme disposto no art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

1.4.1. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.5. Em caso de divergência entre a descrição do serviço indicado no

SIASG/COMPRASNET e a constante deste Termo de Referência, **prevalecerá** esta última.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Os serviços a serem contratados visam atender à necessidade administrativa de disponibilidade de linhas telefônicas fixas digitais para realização de chamadas locais e de longa distância destinadas a outras linhas fixas e móveis para comunicação entre clientes internos do TRE/MS (unidades administrativas, Cartórios Eleitorais, autoridades, etc.), bem como destes com seus clientes externos (eleitorado, empresas, etc.) e colaboradores (prestadores de serviços terceirizados).

2.1.1. Os serviços compreenderão basicamente a interligação da rede interna das unidades da Justiça Eleitoral com a rede da operadora de telefonia fixa, e a utilização desta para realização de chamadas telefônicas locais e de longa distância, para outros telefones fixos ou móveis.

2.1.2. Os serviços serão prestados de forma ininterrupta, todos os dias da semana, e 24 horas por dia.

2.2. A contratação pretendida tem consonância com o planejamento estratégico deste TRE/MS, uma vez que consta na sua programação orçamentária e financeira anual.

2.3. Os serviços a serem contratados se enquadram como serviços continuados, pois sendo paralisados, poderá haver comprometimento das atividades da Administração.

2.4. A contratação se dará para atender as demandas das unidades da Capital (Prédio Sede, Fórum Eleitoral de Campo Grande e Anexo-TRE), não abrangendo os Cartórios Eleitorais do interior do estado, tendo em vista o fornecimento de linhas móveis para tais unidades.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A descrição dos serviços encontra-se de forma pormenorizada, nos tópicos específicos dos Estudos Técnicos Preliminares, Anexo I -A, deste Termo de Referência e nas cláusulas abaixo.

3.2. A contratação abrange às unidades da Capital (Prédio Sede, Fórum Eleitoral de Campo Grande e Anexo-TRE), devendo a contratada disponibilizar infraestrutura de telefonia fixa, por meio de feixe E1 bidirecionais, dispondo de faixas de ramais com discagem direta ao ramal (DDR), contendo os seguintes serviços:

3.2.1. Serviço Telefônico Fixo-Fixo na modalidade ligação local;

3.2.2. Serviço Telefônico Fixo-Fixo na modalidade Longa Distância Nacional (LDN);

3.2.3. Serviço Telefônico Fixo-Móvel na modalidade Ligação Local pelo valor de Comunicação 1 (VC1);

3.2.4. Serviço Telefônico Fixo-Móvel na modalidade Longa Distância Nacional (LDN) pelo Valor de Comunicação 2 (VC2);

3.2.5. Serviço Telefônico Fixo-Móvel na modalidade Longa Distância Nacional (LDN) pelo Valor de Comunicação 3 (VC3).

3.3. A descrição sumária dos serviços a serem contratados está indicada no quadro abaixo:

Item 01	STFC – modalidade local – área 1- feixe digital (link E1)	Qtde estimada	Locais previstos
1.1	Link E1 (com 30 canais)- <i>habilitação/ instalação</i>	3 feixes/links (90 canais/linhas)	Prédio-sede do TRE = 2 feixes/links (60 canais/linhas)
1.2	Link E1 (com 30 canais) - <i>assinatura</i>	3 feixes/links	Fórum Eleitoral de CG = 1 feixe/link (30 canais/linhas)
1.3	Numeração DDR - <i>assinatura</i>	até 1000 ramais	

3.4. A Contratada será responsável pelo fornecimento de todos equipamentos e materiais (modens, cabos, conectores etc) necessários para a instalação/configuração da conexão da Central PABX com a rede externa.

3.5. Os itens relativos as assinaturas dos entroncamentos (EI, SIP ou outro) e assinaturas DDR serão contratados, em sua maioria, de imediato, pois visam continuidade dos serviços de STFC atual, destacando que o quantitativo previsto na tabela refere-se ao período de 12 meses.

3.6. O item relativo a "Numeração DDR- assinatura", a quantidade de ramais é estimativa, e não constitui qualquer compromisso de consumo para a CONTRATANTE.

3.7. Haverá a contratação inicial de 600 (seiscentos) ramais, podendo haver a expansão para até 1.000 (um mil), durante a vigência contratual.

3.6. As linhas deverão ser digitais, via fibra, tendo em vista se mostrar a forma mais vantajosa para o órgão.

3.7. O plano a ser contratado é o "ILIMITADO", não havendo a cobrança discriminada por modalidades.

3.8. A operadora deverá entregar as linhas telefônicas ao TRE/MS em perfeita condição de funcionamento e prontas para uso.

3.9. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, a licitante poderá, mediante agendamento, realizar vistoria nos locais de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim. O agendamento deve ser efetuado previamente com a Seção de Serviços Administrativos pelo telefone (67) 2107 7014, no horário de 12:00 às 18:00 horas, ou via e-mail: ssa@tre-ms.jus.br.

3.9.1. Tendo em vista a faculdade da realização da vistoria, os licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldades existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto desta contratação.

3.10. A CONTRATADA deverá utilizar equipamentos com certificação da ANATEL.

3.11. As tarifas poderão ser reajustadas, mediante requerimento da CONTRATADA, com base no índice de Serviços de Telecomunicações (IST) ou outro que vier a substituí-lo, observado o intervalo não inferior a 12 (doze) meses entre as datas-base dos reajustes concedidos pela ANATEL.

3.11.1. Cabe à CONTRATADA a iniciativa e o encargo da apresentação da memória de cálculo do reajuste a ser aprovado pelo CONTRATANTE, juntamente com a documentação comprobatória do reajuste autorizado pela ANATEL para a

operadora.

3.11.2. O(s) reajuste(s) de que trata este Capítulo deve(m) ser pleiteado(s) previamente à(s) prorrogação(ões) do contrato, sob pena de preclusão lógica de tal direito, conforme Acórdão Nº 1828/2008 – Plenário do TCU;

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Nos termos do capítulo 12 dos Estudos Técnicos Preliminares, sendo necessária a troca de equipamentos, devem ser observada na sua aquisição a opção que ocasione o menor impacto ambiental, acondicionados em embalagens individuais com menor volume possível, e preferencialmente, que se utilizem de materiais recicláveis de forma a assegurar a máxima proteção durante transporte.

4.2. Outra medida adotada será quanto ao faturamento, que deverá ser disponibilizado através de e-mail ou no sítio da internet, visando a redução do consumo de papel e impressão.

Garantia da Contratação

4.3. Haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), devido ao risco do contrato e o objeto tratar de serviços continuados.

4.3.1. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à exigência da garantia.

Subcontratação

4.4. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A descrição dos serviços tem como base o ETP (Estudo Técnico Preliminar), sendo replicados abaixo:

5.1.1. Os itens relativos às Assinaturas Mensais de link de Acesso para 30 canais simultâneos de comunicação devem englobar os custos das instalações de todos os troncos junto às centrais telefônicas, conforme quantitativos, tipos, meios e endereços descritos nesse Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar anexo, não havendo custo adicional para instalação de qualquer tronco (SIP, E1 ou outro), pois esse custo estará incluído no item de Assinatura Mensal do link de acesso para 30 canais simultâneos de comunicação;

5.1.2. No caso de mudança de endereço de instalação ou alteração de tipo de link de acesso (SIP, E1 ou outro) motivado por necessidade da contratante, a contratada deverá realizar todo o procedimento e os custos devem estar inclusos no item de assinatura mensal do link de acesso;

5.1.3. Cada entroncamento deve possuir no mínimo 30 canais simultâneos de comunicação e ser fornecidos nos quantitativos e padrões descritos em campo específico desse termo de referência e seus anexos.

5.2. A interligação da rede interna das unidades da Justiça Eleitoral com a rede da operadora de telefonia fixa através de feixe digital observar-se-á, sem prejuízo das demais condições fixadas neste Termo de Referência, as condições indicadas nesta cláusula.

5.2.1. O feixe digital (link E-1) deverá ser bi-direcional, conectado por fibra

óptica a 2 Mbps, com capacidade para 30 (trinta) canais digitais;

5.2.2. Os feixes digitais serão conectados a modem ópticos fornecidos pela contratada e instalados em espaço próprio do prédio-sede do TRE/MS e do Fórum Eleitoral, ambos em Campo Grande/MS;

5.2.3. Os modems ópticos a serem fornecidos pela contratada deverão ser, preferencialmente, das marcas Digitel, Asga e Parks;

5.2.4. A empresa contratada ficará responsável pela instalação do feixe digital até o modem óptico, ficando a cargo do TRE/MS a conexão do modem óptico com a central privada de comutação telefônica - CPCT em uso nas suas instalações;

5.2.5. O fornecimento dos modems ópticos será feito pela empresa contratada sem custo adicional para o TRE/MS;

5.2.6. Os feixes digitais deverão dispor da facilidade DDR (Discagem Direta a Ramais), satisfazendo um plano de numeração com até 1.000 (um mil) ramais;

5.2.7. O prazo de instalação dos feixes digitais não poderá ser superior a 30 (trinta) dias consecutivos, contados do recebimento do termo de contrato ou da requisição, encaminhados mediante ofício;

5.2.8. A empresa contratada ficará responsável pela instalação até o quadro central ou rack de telefonia, nos imóveis em que houver, ou até o ponto em que será instalado o aparelho telefônico, onde não houver quadro central ou rack;

5.2.9. Nos imóveis em que a instalação for feita até o quadro central ou rack de telefonia, ficará a cargo do TRE/MS a conexão entre o quadro/rack e o local em que efetivamente será instalado o aparelho telefônico.

5.3. O serviço deve englobar a devida portabilidade numérica e migração para faixa exclusiva de ramais.

5.3.1. A numeração utilizada atualmente pelo TRE/MS deverá ser mantida e permanecer as mesmas durante a vigência contratual, de acordo com as regras de portabilidade numérica estabelecidas pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL.

5.3.2. Não sendo possível a portabilidade, e havendo alteração dos números de telefone, a operadora deverá providenciar a veiculação de mensagem indicativa do novo número, pelo prazo, de no mínimo, 30 (trinta) dias.

5.4. O meio físico do entroncamento deverá ser fibra óptica em todas as localidades.

5.5. O prazo para instalação e ativação dos serviços objeto da presente licitação é de até 30 (trinta) dias, a contar da data da assinatura do Contrato.

5.6. O sistema telefônico deve seguir os padrões de mercado, permitindo a correta interpretação do código "B identifica número de A" - BINA - para identificação do terminal que chama um ramal da faixa DDR pela Central local.

5.7. Os serviços deverão ser prestados de maneira ininterrupta, 24h (vinte e quatro horas) por dia, 7 (sete) dias por semana, com garantia de disponibilidade anual mínima de 99,85% (noventa e nove por cento, e oitenta e cinco centésimos), salvaguardados os casos de interrupções programadas, que deverão ser comunicadas à fiscalização local com, pelo menos, 01 (um) dia útil de antecedência.

5.7.1. As tentativas de originar chamadas que resultem em comunicação com o número chamado, não devem ser inferiores a 80% dos casos (por evento);

5.7.2. As tentativas de originar chamadas que não resultem em comunicação com o número chamado, por motivo de congestionamento na rede, não devem

ser superiores a 4% (por evento);

5.7.3. O recebimento de chamadas que não resultem em comunicação com o número chamado, por motivo de congestionamento na rede da contratada, não devem ser superiores a 1% (por evento).

5.8. A Contratada deverá disponibilizar meios para abertura de chamados, através de e-mail ou sistema ou telefone 0800, com suporte e Assistência técnica 24 horas por dia, 365 dias por ano 100% (cem por cento) do tempo contratado.

5.8.1. A empresa deverá prestar suporte técnico em período integral, com atendimento imediato em caso de falha nos entroncamentos de entrada/saída, bem como nos demais componentes ou equipamentos de responsabilidade da empresa;

5.8.2. Na hipótese de ocorrência de interrupções, as falhas deverão ser corrigidas e o serviço restabelecido em no máximo 4 horas, contados da abertura do chamado;

5.8.3. Os chamados somente deverão ser fechados quando confirmados pelo Fiscal da Contratante;

5.8.4. A empresa deverá prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE em até 48 (quarenta e oito) horas corridas, por intermédio do consultor designado para acompanhamento do contrato, a contar de sua solicitação;

5.8.5. As interrupções programadas dos serviços deverão ser comunicadas à CONTRATANTE com antecedência mínima de 1 (um) dia útil e somente serão realizadas com a concordância da Contratante;

5.8.6. A prestação de assistência técnica nas dependências do TRE/MS deverá ser feita pela própria CONTRATADA ou por técnicos comprovadamente credenciados por esta, sem nenhum custo adicional para a Contratante.

5.9. A Contratada deverá ser representada junto a Contratante através de um preposto ou representante legal.

5.9.1. A contratada deve se responsabilizar por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados, no cumprimento de suas obrigações, ficando, ainda, o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul isento de qualquer vínculo empregatício, responsabilidade solidária ou subsidiária.

5.10. As fatura para pagamento devem ser disponibilizadas por meio eletrônico, no mínimo em até 10 (dez) dias úteis antes do vencimento. As faturas devem apresentar o detalhamento das chamadas por ramal (número chamado e chamador, duração, data e hora da chamada, outros).

5.11. Após o encerramento do contrato, os serviços utilizados decorrentes desta contratação deverão ser cobrados no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, para as modalidades local e longa distância.

5.12. A Contratada deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

6. GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3.1. A fiscalização, acompanhamento e a orientação relativa à prestação dos serviços/fornecimento ficarão a cargo de servidor pertencente ao quadro deste Tribunal.

6.3.2. O contato entre este Tribunal e a empresa contratada será mantido, prioritariamente, por intermédio da fiscalização.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, quando for o caso.

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput), cabendo:

a) acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições nele estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

b) Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

c) Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, a fiscalização emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

d) Informar à administração, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a competência da fiscalização, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

e) No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato ou autoridade competente. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

f) Comunicar ao gestor do contrato ou autoridade competente, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

g) Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhar o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

h) Atuar tempestivamente na solução de problemas em caso de descumprimento das obrigações contratuais, reportando à administração para

as providências cabíveis, quando ultrapassar a competência do fiscal; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

i) manter registro de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

j) Formalizar de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.6. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.6.1. requisitar a prestação dos serviços e/ou fornecimento, mediante Ofício ou Requisição de fornecimento;

6.6.2. exercer, em nome do Tribunal Regional Eleitoral, toda e qualquer ação de orientação geral, decidir sobre questões técnicas e burocráticas dos serviços, sem que isto implique em transferência de responsabilidade, a qual será única e exclusivamente de competência da contratada.

6.6.3. conferir e atestar a Nota Fiscal/Fatura emitida pela empresa contratada, encaminhando-a para pagamento;

6.6.4. outras atribuições pertinentes à contratação ou que lhe forem conferidas pela Administração.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

7.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.1.1. Atendidas as condições indicadas na cláusula 7.1 acima, será registrado o recebimento provisório mediante atestado no verso da Nota Fiscal, ou, em termo próprio.

7.1.2. O atestado de recebimento registrado em canhoto de nota fiscal, ou documento similar, não configura o recebimento definitivo do serviço.

7.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo serem refeitos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade da prestação dos serviços, devendo ainda ser verificado:

a) conformidade do documento fiscal quanto à identificação do comprador (TRE/MS), descrição dos serviços, quantidade, preços unitário e total.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências

para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Da emissão da Nota Fiscal/Fatura

7.8. O documento fiscal (Nota Fiscal, Fatura ou boleto com código de barras) deverá ser emitido, preferencialmente, em meio eletrônico e conter a discriminação dos serviços a que se refira.

7.8.1. Faculta-se à operadora contratada a emissão de documento fiscal agrupador, para fins de simplificação do processo de pagamento, desde que seja acompanhado do detalhamento dos serviços e valores correspondentes a cada linha contratado.

7.8.2. A disponibilidade de sistema de gestão das linhas telefônicas deve conter, ao menos, informações sobre utilização das linhas, tais como: detalhamento de chamadas realizadas (data e hora da chamada, número de destino, duração da chamada, etc.), e outros serviços correlatos, necessários à perfeita execução do contrato e à obtenção dos resultados pretendidos pelo TRE/MS;

7.9. O documento fiscal será emitido **mensalmente**, a partir da data de efetiva ativação / habilitação do acesso móvel, considerando-se, para fins de faturamento, preferencialmente, o mês calendário (janeiro, fevereiro, etc.).

7.10. Para fins de atendimento a IN/RBF 1.234, de 11/01/2012 (alterada pela IN/RBF nº 1.244/2012), a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação, exceto se a empresa for OPTANTE PELO SIMPLES.

7.10.1 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

7.11. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.11.1. A permanência da condição de irregularidade, sem a devida justificativa ou com justificativa não aceita pela Administração, pode culminar em rescisão contratual, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação de penalidades cabíveis, observado o contraditório e a ampla defesa.

7.11.2. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.12. É facultada a retenção dos créditos decorrente do contrato, até o limite dos prejuízos causado à Administração Pública e das multas aplicadas, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. De modo a viabilizar o início do processo de pagamento, o documento fiscal deverá ser encaminhado à Fiscalização do contrato de modo, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis da data do vencimento.

Prazo de Pagamento

7.14. O pagamento será efetuado até a data de vencimento expressa na Nota Fiscal/Fatura (desde que apresentada ao TRE/MS no prazo fixado na cláusula 7.13 deste Capítulo).

7.15. O procedimento de pagamento da Nota Fiscal/Fatura/boleto só se efetivará após o atesto dos serviços e mediante a comprovação da regularidade da contratada perante a Seguridade Social (CND-INSS/CRF- FGTS/CNDT).

7.16 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.16.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido-CSLL, COFINS e PIS/PASEP, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor deverá comprovar a Opção;

b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, se este for devido.

7.17. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.18. Em caso de atraso no pagamento por parte do Tribunal, os valores a serem pagos serão atualizados, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos Moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: $i = \text{taxa percentual anual do valor de } 6\%, I = i / 365 \rightarrow I = (6/100) / 365$.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. A contratada será selecionada por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

8.2. Para fins de aceitação da proposta, quando solicitado pelo pregoeiro, a empresa classificada em primeiro lugar deverá encaminhar a **PROPOSTA DE PREÇOS**

DETALHADA, em que indicará para cada item o valor unitário e total do serviço para os subitens, devidamente adequados ao último lance/valor negociado.

8.3. A análise técnica das propostas, será realizada pelos integrantes da equipe responsável pelo planejamento da contratação (integrante da área demandante e/ou integrante técnico) e visa à verificação da conformidade dos produtos ofertados pelas licitantes com as especificações indicadas neste Termo de Referência.

8.3.1. Após esta análise, estando o serviço, de acordo com as especificações deste Termo de Referência, o Pregoeiro fará o aceite da proposta.

Exigências de habilitação

8.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

a) CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A TRIBUTOS FEDERAIS E A DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, administrados pela Secretaria da Receita Federal, devidamente válida, **constando expressa a abrangência das contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991;**

b) CERTIDÃO DE REGULARIDADE DO FGTS (CRF), devidamente válida, emitida pela Caixa Econômica Federal, que comprove inexistência de débito perante o FGTS;

c) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS (CNDT), devidamente válida, emitida pela Justiça do Trabalho nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho em observância ao disposto no art. 68, IV, da Lei 14.133/2021;

d) Declaração de que a empresa não utiliza menores de 18 (dezoito) anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesesseis) anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em conformidade ao disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, em campo próprio do sistema.

e) CERTIDÃO NEGATIVA DE FEITOS SOBRE FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL, expedida pelo Distribuidor da sede da Pessoa Jurídica;

e.1) A apresentação de certidão positiva de feitos sobre recuperação judicial e extrajudicial não ensejará a imediata inabilitação do licitante. A empresa que se encontrar em recuperação judicial/extrajudicial deverá apresentar, juntamente com a certidão positiva, a comprovação de que seu plano de recuperação foi aprovado e homologado judicialmente, com a recuperação já deferida.

e.2) à certidão em que não constar prazo de validade, será atribuída validade de 90 (noventa) dias, contados da data de emissão;

f) ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores (ata da assembléia de constituição e da eleição da diretoria em exercício, devidamente arquivados e publicados).

g) Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação, mediante a apresentação de contrato de concessão ou termo de autorização para a prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), na modalidade local ou longa distância, conforme o caso, outorgada pelo poder concedente, nos termos da legislação em vigor;

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 46.393,02 (quarenta e seis mil trezentos e noventa e três reais e dois centavos)**, conforme custos unitários apostos no mapa comparativo de preços.

9.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do ETP.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- a) Gestão/Unidade: 14112 – TRE-MS;
- b) Fonte de Recursos: 20GP - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa;
- c) Programa de Trabalho: 02.122.0033.20GP.0054;
- d) Elemento de Despesa: 3390.39.58;
- e) Plano Interno: ADM TELEFO;

11. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As disposições quanto as infrações e sanções administrativas estão previstas no Anexo II - Termo de Contrato Administrativo.

12. DIREITOS E DEVERES DO TRE/MS

12.1. São obrigações e/ou direitos do contratante:

- 12.1.1. Requisitar à contratada a ativação dos serviços contratados;
- 12.1.2. Exigir da contratada o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação;
- 12.1.3. Requisitar a portabilidade de acessos já utilizadas pelo TRE/MS
- 12.1.4. Fornecer à contratada os dados e/ou as informações necessárias à implantação e manutenção do sistema de gestão;
- 12.1.5. Promover o cadastramento dos servidores que terão acesso ao sistema (operadores), e fixar os respectivos perfis de acesso, bem como se responsabilizar pela troca da senha dos mesmos em caso de desligamento, férias ou troca do local de trabalho;
- 12.1.6. Receber, conferir e atestar as faturas/notas fiscais relativas ao objeto da contratação;
- 12.1.7. Rejeitar, no todo ou em parte, serviços em desacordo com o contrato;
- 12.1.8. Efetuar o pagamento à contratada, de acordo com as condições estabelecidas no Termo de Referência e na Minuta de Contrato;
- 12.1.9. Verificar a manutenção pela contratada das condições de habilitação estabelecidas na licitação;

12.1.10. Aplicar penalidades à contratada por descumprimento contratual.

13. DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. São obrigações e/ou direitos da contratada:

13.1.1. Executar os serviços decorrentes da contratação na forma e condições determinadas;

13.1.2. Atender às solicitações, esclarecimentos e determinações da Fiscalização, feitas por Ordens de Serviços, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis;

13.1.3. Fornecer todas as informações e elementos necessários à consecução das atividades da fiscalização, bem como à percepção pelo TRE/MS dos resultados esperados com a execução dos serviços;

13.1.4. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada à execução do contrato, sendo de inteira responsabilidade da contratada a estrutura (pessoal, equipamentos, etc.) necessária à perfeita execução dos serviços;

13.1.5. Providenciar a correção das deficiências apontadas por este TRE/MS quanto à execução contratual, especificamente quanto aos serviços sobre a responsabilidade da contratada;

13.1.6. Manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da licitação;

13.1.7. A contratada fica, nos termos da Lei 14.133/21, obrigada a aceitar os acréscimos e as supressões de até 25 % (vinte e cinco por cento) que se fizerem necessários;

13.1.8. A empresa deverá indicar supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto, para atendimento ao TRE/MS;

13.1.9. Receber os valores que lhe forem devidos pela execução contratual, na forma disposta no Termo de Referência e na Minuta do Contrato;

13.1.10. Responder civil e penalmente por qualquer descumprimento das disposições legais;

13.1.11. Abster-se de praticar atos ilícitos, em especial os descritos no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013, bem como observar os princípios da legalidade, moralidade, probidade, lealdade, confidencialidade, transparência, eficiência e respeito aos valores preconizados no Código de Conduta Ética do TRE/MS (Resolução 690/2020);

13.1.12. Dar plena ciência do disposto na Portaria Direção-geral nº 176/2023 TRE/PRE/DG/GABDG, a qual dispõe sobre os procedimentos para apuração e aplicação de penalidades decorrentes do descumprimento de regras licitatórias e/ou obrigações contratuais decorrentes da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul.

13.1.13. Dar conhecimento, aos funcionários de seus respectivos quadros que participarão da execução contratual, sobre o Código de Conduta Ética do TRE/MS para ciência e responsabilidade em sua observância;

13.1.14. Proteger informações confidenciais e privilegiadas, conforme

regulamento próprio.

13.2. Apresentar, mensal e gratuitamente, juntamente com a Nota Fiscal, detalhamento dos serviços prestados, com valores impressos em reais, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis antes do vencimento.

13.3. Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, bem, ainda, assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação da ANATEL, inclusive quanto aos preços praticados.

13.4. Responder pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE.

13.5. Arcar com despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus técnicos durante a execução dos serviços, ainda que no recinto do CONTRATANTE.

13.6. Implantar, de forma adequada, a supervisão permanente dos serviços, de modo a obter uma operação correta e eficaz, garantida a respectiva prestação dos serviços.

13.7. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica.

13.8. Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

13.9. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no contrato.

13.10. Arcar com todos os ônus para execução dos serviços necessários para a interligação das Centrais Telefônicas do CONTRATANTE com a rede de telefonia local, bem como o suporte técnico em período integral, em caso de falha no entroncamento, nas centrais da CONTRATADA e/ou nos equipamentos de conexão fornecidos pela CONTRATADA e instalados nas dependências do CONTRATANTE.

13.11. Caso o problema de funcionamento do serviço detectado tenha a sua origem fora do escopo do objeto contratado, a CONTRATADA repassará as informações técnicas com a devida análise fundamentada que comprovem o fato para o CONTRATANTE, sem qualquer ônus para a mesma.

13.12. Ao término do contrato deve prestar todo o apoio necessário à transição contratual, de forma a garantir a continuidade dos serviços prestados;

Lucinaldo Barbosa dos Santos
Integrante Demandante

Sônia Aparecida Granja Anelli
Integrante Administrativo

Luís Maciel Malves da Silva

Unidade Gestora



Documento assinado eletronicamente por **SÔNIA APARECIDA GRANJA ANELLI**, **Técnico Judiciário**, em 07/01/2025, às 16:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1799696** e o código CRC **A8B8A4D4**.



0004888-26.2023.6.12.8000

1799696v8